

Esquerdas propõem alternativas ao pacote

Como resposta imediata à crise, tanto PT como PPS optariam por cortes de incentivos fiscais

KÁSSIA CALDEIRA
e MARIA INÊS NASSIF

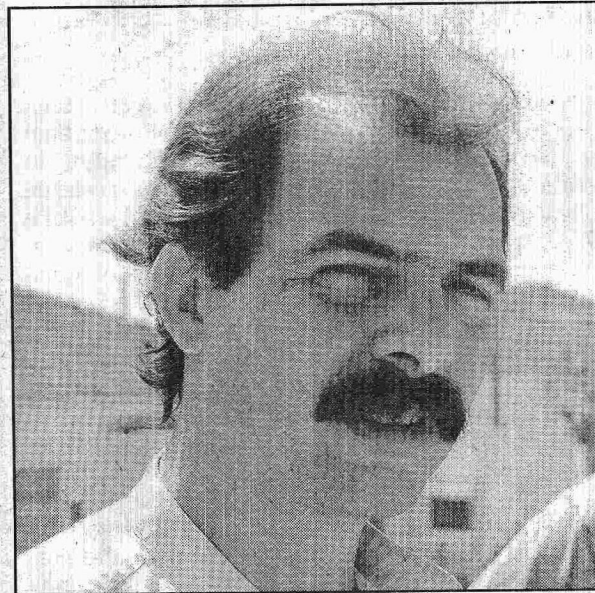
As medidas fiscais sacadas às pressas pelo governo para responder à crise provocada pela queda internacional das bolsas, cuja votação será iniciada hoje pelo Congresso, são vistas pela oposição como inócuas, limitadas e de eficiência discutível. O ex-ministro Ciro Gomes, do PPS, e o economista Aloízio Mercadante, do PT, concordam que não seria possível, no epicentro da crise, partir para a desvalorização do dólar. A partir dessa concordância, no entanto, as fórmulas para enfrentar os perigos de um ataque ao Real se diferenciam.

Ciro Gomes se concentraria num corte radical de transferências voluntárias, revisões de renúncias fiscais e medidas pesadas de tributação do turismo internacional, mantendo o modelo de abertura econômica baseado na âncora cambial. Para o PT, a crise, todavia, é o reconhecimento de que o modelo adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso "é insustentável", e por si só o fato já expõe o País a um ataque especulativo. Paralelamente às medidas tóxicas para consertar o estrago, o PT optaria por uma saída gradual "do modelo baseado na âncora cambial e numa abertura econômica radical", segundo Mercadante.

Numa coisa ambos concordam: embora não seja o momento de ajustar o câmbio, sua valorização é o grande vilão da crise brasileira — e sua desvalorização inevitável. "O pacote não tem força para evitar a desvalorização, e o que o governo está fazendo, desesperadamente, é tentar adiá-la para depois das eleições", diz Ciro Gomes.

Outra concordância é quanto ao objetivo das medidas do governo: provocar uma recessão e tentar ajustar as contas externas do País, reduzindo as importações e obrigando as empresas a exportar. "A única vantagem da recessão seria a de tornar o quadro favorável para um ajuste cambial", pondera Mercadante. "Numa economia desaquecida não há como ajustar preços com a valorização do dólar, e o impacto inflacionário é menor."

Juntos — Como resposta imediata à crise, PT e PPS estariam juntos, avançando nos cortes de incentivos e subsídios. Ciro acredita que, se forem revistas, uma a uma, as renúncias fiscais, será possível atingir um ganho



Mercadante: revisão dos incentivos e subsídios



Ciro: corte radical de transferências voluntárias

de R\$ 3 bilhões em R\$ 17 bilhões — acima dos R\$ 550 milhões previstos inicialmente pelo governo. Em contrapartida, o ex-ministro propõe que os 50% de incentivos retirados da Amazônia, Nordeste e Espírito Santo sejam compensados com o dobro de oferta de crédito pelo BNDES. "Isso não é uma contradição: as economias estaduais se fortalecem e o dinheiro do empréstimo retorna, a renúncia fiscal, não." Para forçar a revisão, o PPS apresentou como emenda à medida provisória a proposta de que todos incentivos e subsídios sejam revistos no prazo de um ano.

Os que não forem serão simplesmente extintos.

Para o PT, a revisão dos incentivos e subsídios é fundamental, desde que feita com critérios. "É um absurdo, por exemplo, obrigar as Santas Casas a pagarem Imposto de Renda, quando nem conseguem receber o repasse do Sistema Único de Saúde", afirma Mercadante. Também o corte regional tem de ser seletivo.

Ambos também são favoráveis a medidas inibidoras do turismo internacional mais rigorosas. O constrangimento seria necessário para resolver um buraco de US\$ 6,6 bilhões na conta-turismo. Para Ciro, "a proposta de reduzir a taxa de duty free na chegada é ridícula". Para Mercadante, o aumento linear da taxa de embarque foi "uma decisão burra", pois prejudicará também o turismo interno. Ambos defendem uma forte taxação nas despesas com cartão de crédito no exterior. Ciro quer ainda o aumento da taxação das passagens aéreas internacionais e a redução da tributação da passagem nacionais — além da redução de 70% das verbas de custeio para viagens ao exterior

de burocratas e políticos.

Ciro e o PT defendem ainda o corte das transferências voluntárias, as famosas emendas dos deputados e senadores ao Orçamento. "Todas essas verbas financiam uma teia de clientelismo do governo federal que atrela prefeitos e governadores a uma estratégia eleitoral", afirma Ciro. Ele quer também um corte de 70% nas verbas publicitárias do governo federal, que pelos seus cálculos já gastou R\$ 500 milhões este ano e prevê gastar igual montante no ano que vem. "Não tem sentido o governo abusar do direito democrático de fazer publicidade", afirmou. A exceção ficaria para as campanhas de saúde de emergência. O PT também partilha a posição de que o governo deve sacrificar sua verba de publicidade.

Na área tributária, Ciro defende o aumento do IPI de cigarros. O PT quer que o governo federal substitua o aumento da tributação do Imposto de Renda de pessoa física pela instituição do imposto sobre grandes fortunas e heranças. "Essa tributação foi muito importante na Europa pós-guerra", afirma Mercadante. Deseja ainda aumentar a taxação sobre aplicações financeiras, segundo o economista uma das menores do mundo.

NINGUÉM
ARRISCARIA
MUDAR CÂMBIO
DE IMEDIATO